

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 76

Data: 28 de fevereiro de 1982 Pg.: \_\_\_\_\_

# Quintela diz por que empresários assumiram Jari

Entrevista a JAIR BORIN E ODON PEREIRA

Polêmico desde o início de sua implantação, há 15 anos, o Projeto Jari volta a debate, à medida que crescem as indagações sobre seu futuro e seu papel na ocupação econômica da Amazônia Oriental, onde o governo se empenha na viabilização do que será o plano mais ambicioso da década de 80: a exploração da riquíssima província mineral de Carajás, onde se prevê a necessidade de investimentos da ordem de 60 milhões de dólares. Após o virtual malogro dos planos ambiciosos do multimilionário norte-americano Daniel Ludwig, de instalar na confluência do rio Jari um grande parque agroindustrial, com aporte de recursos da ordem de 700 milhões de dólares, o empresariado nacional foi chamado para dar prosseguimento a essa tarefa, sob o apoio financeiro do Estado.

Assim, foi constituída uma holding, a Companhia do Jari, que reunirá inicialmente a Jari Florestal — cujo nome passará a ser Companhia Florestal Monte Dourado —, e a Caulim da Amazônia, as duas principais peças do projeto idealizado por Ludwig, além de outras empresas menores.

Em entrevista exclusiva à "Folha", o diretor-presidente da Cia. do Jari, engenheiro Sérgio Quintela, informa quais foram os motivos que levaram 23 empresários nacionais a assumirem o controle do projeto. Ele relata também qual a situação atual do empreendimento, perspectivas futuras e sua importância sócio-econômica, mas ressalva: "Talvez eu seja uma pessoa que possa falar para vocês do futuro do Jari, mas do passado fica mal, porque não vivi o projeto, não participei das negociações anteriores à compra e também não participei de sua compra".

### Exploração do caulim é altamente rentável

"Folha" — Quais as propostas que a Cia. do Jari tem pela frente para conduzir este projeto tão polêmico que, em última instância, é um grande desafio empresarial?

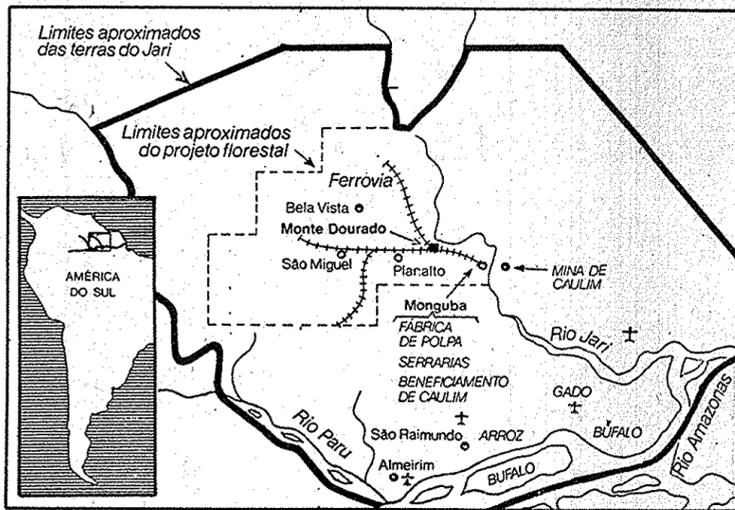
QUINTELA — Temos que destacar na empresa dois projetos: o de celulose e o de produção de caulim, peças-chaves do empreendimento. O primeiro é deficitário, levando-se em conta seus custos financeiros, mas creio que com a eliminação desse entrave ele tem condições de produzir retornos de caixa imediatos. Ao contrário do projeto de celulose, que tinha problemas financeiros, a Caulim da Amazônia é altamente rentável e está, agora, integrada dentro da Cia. do Jari.

"Folha" — Já se falou que é necessário um aporte de 100 milhões de dólares por ano, para viabilizar o Projeto Jari?

QUINTELA — Não há condições de ninguém afirmar de forma profissional qual o volume de investimentos necessários para a Jari Florestal, senão após um estudo detalhado, cauteloso, que não é demorado. Faço que isso demandará seis meses ou até um ano, porque isso exigirá, na minha opinião, um trabalho em três níveis: o primeiro, que está sendo realizado no momento, é o de assumpção da empresa do ponto de vista operacional; um segundo, que é a definição das medidas necessárias para tornar o projeto bem equilibrado, seja no campo florestal, seja no campo industrial; e um terceiro, muito mais complexo, que é relativo ao papel do Jari na ocupação da Amazônia Oriental em termos de instrumento ou apoio à formação de um pólo de desenvolvimento regional. Qualquer informação que seja dada antes disso é pelo menos prematura. Não me aventuro a dizer se o Jari vai demandar investimentos de 1 milhão ou 100 milhões de dólares por ano. Depois de acabarmos de assumir o projeto — trabalho que está sendo feito agora — vamos passar para a segunda fase, que é um programa de reequilíbrio do Jari, antes de sair para uma coisa mais abrangente, que vai envolver a identificação de oportunidades de investimento de outros grupos no projeto.

"Folha" — O sr. coloca uma questão fundamental, que se prende à tática de ocupação da Amazônia Oriental. Qual seria a relação do Jari com a formação de pólos de desenvolvimento industrial na região?

QUINTELA — Coloco o Jari em uma perspectiva de longo prazo, como integrante de um conceito de desenvolvimento regional. Assim, ele se prende ao programa que se convencionou chamar de Grande Carajás. O Jari é uma peça relativamente pequena dentro desse conjunto. Digo que é relativamente pequena porque a exploração do minério de ferro de Carajás, que está sendo implantada, demandará investimentos de US\$ 5 bilhões. O projeto de alumínio da Alcoa, no Maranhão, vai exigir recursos da ordem de 2,5 bilhões de dólares, enquanto outros em andamento estão projetados para alocar 1 a 2 bilhões de dólares.



### Área maior que o Vale do Paraíba

A Companhia do Jari, empresa holding que assume a maior parte do conglomerado agroindustrial implantado entre as confluências dos rios Jari e Paru com o Amazonas, em terras do Território do Amapá e do Estado do Pará, tem como patrimônio uma área de 1,6 milhão de hectares (16 mil quilômetros quadrados, ou seja, uma superfície pouco maior que o Vale do Paraíba), cinco vilas urbanas, o distrito de Monte Dourado, maior do que a sede do próprio município, Almeirim, e uma população ao redor de 35 mil habitantes. Na parte industrial, conta com uma fábrica de celulose, adquirida no Japão em 1978 por US\$ 280 milhões, hoje avaliada em US\$ 700 milhões,

uma área de reflorestamento de 300 mil hectares de essências arbóreas homogêneas, notadamente pinus Caribea e Gmelina (árvore originária do Sudeste asiático), várias serrarias e uma indústria extrativa de caulim (pigmento de largo uso na indústria), além de reservas estimadas em 150 milhões de toneladas. Somente a empresa de caulim gerou no ano passado exportações da ordem de US\$ 11 milhões e vendas internas de US\$ 4 milhões. O projeto conta, ainda, com empresas menores ligadas à prestação de serviços, como a Navegação Sion Ltda., a Serviços Agrários e Silviculturas Ltda. e outras. Sua fábrica produz cerca de 700 toneladas diárias de celulose.

### Não há concorrência com Projeto Carajás

"Folha" — Quer dizer, então, que salvar o Jari está dentro da estratégia de se estimular os projetos que estão sendo implantados na região, vários deles com capital estrangeiro?

QUINTELA — Acho até mais. Já me perguntaram se o Jari concorre com Carajás. Pelo contrário, creio que ele o complementa em vários aspectos. Primeiramente, ele demonstrou a vitalidade, a capacidade do empresariado nacional de se associar para assumir um desafio. É uma coisa que nunca ocorreu no Brasil. Tenho dito que se quebrou um tabu colonial. E aproveitei para indagar o que teria acontecido se os 23 empresários não tivessem aceito uma participação, como aceitaram, no Projeto Jari. O que vocês acham que ia acontecer? O projeto seria abandonado?

"Folha" — O Estado acabaria tendo que assumir-lo.

QUINTELA — Exatamente. Por isso digo que não se deve estranhar a decisão de empresários que resolvem participar de um projeto que não tenha taxas de retorno garantidas e elevadas. Há empresários que têm uma visão mais abrangente. E a decisão de se formar a Cia. do Jari se prende à necessidade de se contribuir com uma decisão de governo de interromper o processo de estatização da economia no Brasil. A medida que o governo se coloca numa posição firme de reverter essa tendência estatizante e aparece uma oportunidade como a do Jari, o empresariado não podia vacilar diante desse dilema. Por isso, acho que a decisão de assumir o Jari foi correta. Foram muitas as razões que levaram os 23 empresários a entrar no projeto, mas a meu ver a principal foi esta.

"Folha" — Entretanto, alguns economistas alegam que o custo dessa privatização foi muito baixo para o empresário. Inclusive o grupo Bardela se propôs a participar apenas com equipamentos e máquinas a título de aporte de capital.

QUINTELA — O custo não é baixo não. Ele é alto se se considerar todos os aspectos envolvidos na questão, por exemplo, o da imensa responsabilidade assumida pelos 23 empresários. Como alguém pode afirmar que o custo é baixo quando nesse empreendimento simplesmente tem que ser riscada dos dicionários a palavra insucesso?

"Folha" — Mas, digamos, os custos monetários?

QUINTELA — A gente não pode medir o custo apenas com base em componentes



### O perfil do presidente

O diretor-presidente da Companhia do Jari, Sérgio Franklin Quintela, tem 47 anos e se formou em Engenharia Civil, pela Escola Politécnica da PUC-RJ, em Economia e na Faculdade de Economia do Rio de Janeiro, e em Engenharia Econômica, pela UFRJ. Exerceu ou exerce os cargos: diretor-vice-presidente da Montreal Empreendimentos Comércio e Indústria S/A, diretor-presidente da Companhia Internacional de Engenharia; membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; membro do Conselho de Administração da Montreal Engenharia S/A; membro do Conselho de Administração da BSM Máquinas e Equipamentos; membro do Conselho de Administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caeml).

Para o ex-secretário dos Transportes do Estado de São Paulo, Thomaz Magalhães, seu companheiro na direção do Grupo Montreal, Quintela "é um ilustre engenheiro e economista, compôs-graduado em Harvard, um homem historicamente afeito a aceitar e vencer desafios, o que lhe garantiu no meio empresarial brasileiro a posição de respeito que hoje desfruta. Espero que a Nação brasileira saiba avaliar a expressiva colaboração que o Grupo Montreal oferece ao Projeto Jari, no momento em que concorda, mesmo que temporariamente, com o afastamento de tão precioso companheiro de trabalho".

monetários. A responsabilidade que os empresários assumiram em liderar o projeto é um custo. De certa forma, esse empreendimento tem características peculiares, pela participação do Banco do Brasil, com um aporte de 180 milhões de dólares. Mas a responsabilidade gerencial foi inteiramente delegada ao setor privado. O custo é alto sobretudo se se considerar a grande responsabilidade assumida perante a sociedade, que é fazer com que o projeto seja bem sucedido.

"Folha" — Já que estamos falando em aporte de recursos, como ficou a composição acionária da empresa?

QUINTELA — É bom esclarecer esse assunto. A Companhia do Jari, empresa holding, que ficará com a maior parte do acervo do antigo Projeto Jari, está formada por um aporte de 100 milhões de dólares, cabendo ao Grupo Azevedo Antunes US\$ 40 milhões e aos demais 22 associados US\$ 60 milhões. Ela terá sede e foro no município do Rio de Janeiro. Assim, ela tem 100% de participação privada. Essa empresa tem subsidiárias diretas, sendo a mais importante delas a Jari Florestal, cuja razão está sendo mudada para Companhia Florestal Monte Dourado, e a Caulim da Amazônia, além de outras empresas de apoio de menor expressão. A atual Jari Florestal, futura Monte Dourado, é onde participa o Banco do Brasil, com 25% de seu capital, e a Companhia do Jari, com 75%.

O Banco do Brasil não tem direito a voto porque se preservou a participação do empresariado privado. A presença do Banco do Brasil se caracteriza por um financiamento com resgate em função do lucro da empresa. Ele terá direito a juros e correção monetária. A Companhia do Jari tem um conselho de administração com 9 membros, 5 dos quais são indicados pelo dr. Antunes, acionista majoritário da empresa holding.

"Folha" — Essa atitude de participação na Amazônia reflete uma orientação nova dos grupos econômicos privados mais responsáveis frente a grandes projetos nacionais?

QUINTELA — Não sei se podemos afirmar isso. Sem dúvida, a dimensão dos projetos que vieram a se instalar na região, a exemplo de Carajás, obriga a uma atitude nova da parte do empresário privado brasileiro. E diria mais: quase todos esses projetos capital-intensivos devem ter uma combinação de recursos privados nacionais, estatal e estrangeiro. Não se pode ignorar uma tendência dos últimos 20 anos de concentração de poupança em mãos do Estado, por várias razões que não cabe aqui examinar. Também não deveremos ignorar a existência de poupança externa, ou seja, de recursos estrangeiros que nos

tragam pelo menos três ingredientes: poupança financeira, que vamos precisar; acesso aos mercados internacionais; e a capacidade gerencial durante a implantação e a operação dos projetos.

"Folha" — Como se combinariam esses recursos?

QUINTELA — Temos que proceder a que eu chamo de segmentação ou desagregação do Projeto Grande Carajás, por exemplo. Fala-se na aplicação de 60 bilhões de dólares, mas eu pergunto: onde existe tanto dinheiro? O projeto da pesquisa mineral, da mineração, de produção metalúrgica, de produtos semi-acabados, têm características diferentes uns dos outros e o modelo de composição entre capital estrangeiro, capital estatal nacional e capital privado deve ser diferente em cada um deles. Isso quer dizer que não deveremos partir para a regra do tudo, aplicada na implantação dos parques petroquímicos.

"Folha" — Como está a infra-estrutura do Projeto Jari? Quem irá mantê-la, uma vez que o projeto goza de isenções tributárias amplas e o município onde se encontra a maior área da empresa é mais pobre do que a sede da companhia, instalada em Monte Dourado?

QUINTELA — A infra-estrutura faz parte do acervo da companhia e os gastos em sua manutenção ainda não foram avaliados. Existem várias deficiências na região, por exemplo, escassez de energia, estradas vicinais de difícil manutenção e outras. A energia de Tucuruí não chegará à margem esquerda do Amazonas, por causa da inviabilidade de se atravessar o rio, em decorrência dos altos custos. Mas no Rio Trombetas, afluente dessa margem, existe a cachoeira da Porteira, onde está sendo estudada uma hidrelétrica que deverá gerar mil megawatts.

"Folha" — Quantas pessoas vivem no projeto? Quantos empregos diretos ele oferece?

QUINTELA — A população total que vive no projeto chega a cerca de 35 mil pessoas, sendo que 7.200 trabalham em empregos diretos e indiretos ligados ao campo florestal. Outras mil trabalham em outras áreas, principalmente no setor de serviços. A população que se convencionou chamar de Beltrão (aglomerado de casas sobre palafitas construídas por iniciativa própria dos moradores, na margem esquerda do rio Jari, próximo a Monte Dourado) constitui hoje o segundo maior núcleo populacional do

Território do Amapá, com cerca de 15 mil habitantes. Este núcleo só perde para a capital do Território, Macapá, na arrecadação de impostos. A esse total, estão agregados trabalhadores que vivem em três sítios, Bela Vista, São Miguel e Planalto, além de outros núcleos, como Saracura e São Raimundo.

"Folha" — Ainda no tocante a dados, como ficou a questão fundiária do Jari, uma vez que há grande controvérsia sobre o total da área pertencente ao projeto?

QUINTELA — Não há novidades. Desde a assinatura dos documentos de compra do projeto até agora não houve tempo para isso, pois concentramos nossos esforços na assumpção das responsabilidades gerenciais.

Pelo que foi acordado com o sr. Daniel Ludwig, a área que integrará a Companhia do Jari é de 1,6 milhão de hectares (16 mil quilômetros quadrados, ou seja, se equivale ao Vale do Paraíba, em São Paulo). Basicamente, estão fora o projeto de arroz, que está sendo negociado à parte, e a área integrada ao projeto de bauxita refratária. Os direitos de mineração de bauxita industrial foram transferidos por Daniel Ludwig para o consórcio Shell Alcoa e não faziam parte do Projeto Jari, pois se situavam mais a Oeste, no rio Trombetas.

"Folha" — Para quando o sr. prevê perspectivas de lucro da nova empresa?

QUINTELA — O prospecto de fundação da Companhia do Jari, que foi publicado pelos jornais, prevê várias etapas e estimativas de rentabilidade. A Caulim da Amazônia, como já dissemos, faz parte da empresa e já nasceu lucrativa. Hoje, ela produz muito caixa. O projeto de madeira e celulose, após a eliminação dos custos financeiros, deverá tornar-se lucrativo, talvez não ao nível de outras fábricas de celulose existentes no País. Para melhorá-lo, vamos precisar de um esforço muito grande de melhoria no campo de genética florestal, de ampliação de áreas cultivadas com essências arbóreas, porque a gmelina, por exemplo, não apresentou a rentabilidade esperada. Ainda dentro do projeto florestal, temos diferentes qualidades de solos, que atrapalham a formação de florestas homogêneas. Por isso, é difícil comparar a produtividade com a obtida em outras regiões mais favoráveis.

"Folha" — O sr. prevê perspectivas de lucro da nova empresa?

QUINTELA — O prospecto de fundação da Companhia do Jari, que foi publicado pelos jornais, prevê várias etapas e estimativas de rentabilidade. A Caulim da Amazônia, como já dissemos, faz parte da empresa e já nasceu lucrativa. Hoje, ela produz muito caixa. O projeto de madeira e celulose, após a eliminação dos custos financeiros, deverá tornar-se lucrativo, talvez não ao nível de outras fábricas de celulose existentes no País. Para melhorá-lo, vamos precisar de um esforço muito grande de melhoria no campo de genética florestal, de ampliação de áreas cultivadas com essências arbóreas, porque a gmelina, por exemplo, não apresentou a rentabilidade esperada. Ainda dentro do projeto florestal, temos diferentes qualidades de solos, que atrapalham a formação de florestas homogêneas. Por isso, é difícil comparar a produtividade com a obtida em outras regiões mais favoráveis.

### Núcleo vai zelar pela preservação ecológica

"Folha" — Outra denúncia contra o Projeto Jari é de que não há uma preocupação ecológica em sua condição.

QUINTELA — Acho que a preocupação de natureza ecológica é absolutamente legítima e natural em qualquer sociedade civilizada. Uma das primeiras tarefas já deliberadas é a de constituir, dentro da Companhia do Jari, um núcleo que vai zelar especificamente do problema da preservação ecológica da região, mantidos alguns limites, pois não se pode pensar em produzir celulose a partir de florestas heterogêneas, pelo menos com a tecnologia de que dispomos. Dentro da condução do projeto de florestas, haverá um cuidado maior na preservação de áreas definidas, que funcionarão como núcleos de refúgio da fauna da região. Além disso, haverá cuidado especial na própria condução do projeto industrial.

"Folha" — Sempre que se fala na Amazônia, pensa-se na dominação da riqueza natural do País como, por exemplo, no controle de seus recursos minerais ou, num exercício de futurologia, no controle das águas doces do mundo. O Jari está isento do contexto de uma disputa pela posse desses recursos minerais?

QUINTELA — Até agora, ninguém do Projeto fez menção a isso nem creio que haja interesse específico dessa natureza. Estamos pensando sim num plano que identifique vocações da área para o seu aproveitamento racional. Não sou capaz de chegar tão longe na minha imaginação, por isso não vejo perigo dessa natureza. Creio, sim, em algumas vocações naturais da região, por exemplo, no campo florestal. Especificamente no Jari, o caulim, que apareceu por acaso, também oferece boas condições de exploração, enquanto a bauxita refratária poderá vir a ser explorada com bons resultados. Não excluo a possibilidade de que uma análise detalhada da área possa indicar novos potenciais de recursos na região.

"Folha" — Finalmente, existe algum passivo financeiro na empresa?

QUINTELA — Ela não terá nenhum, pois todos os ônus financeiros estão sendo zerados, a partir de sua compra. A companhia não terá nenhum ônus financeiro de financiamentos de longo prazo. Apenas no curto prazo temos compromissos com o capital de giro, mas, no tocante a financiamentos assumidos anteriormente, eles serão inteiramente zerados.